



**ACÓRDÃO Nº1922/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12566/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental – AADESAM.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Ana Paula Machado Andrade de Aguiar (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** John Elyston de Souza Altmann - OAB/AM 13708.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6547/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental - AADESAM. Exercício de 2013.

*Reconhecimento da prescrição. Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Reconhecer a prescrição** quinquenal sobre a pretensão punitiva, disposta no art. 2º da Resolução TCU nº 344/2022 c/c art. 3º da Nota Recomendatória ATRICON-IRB-CNPTC-ABRACOM nº 02/2023;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social (AADES), sob responsabilidade da **Sra. Ana Paula Machado Andrade de Aguiar**, exercício 2013, devido às restrições: II-indevidas dispensas de licitações; VI-ausência de estrutura de Controle Interno; VIII-ausência de comprovação das despesas executadas em razão dos Contratos de Gestão nº 001/2012, nº 012/2013 e da forma de seleção de pessoal; X-prorrogações contratuais realizadas sem demonstração de sua vantajosidade econômica;
- 10.3. **Determinar** à Agência que: a) observe os casos de dispensa de licitação, listados na Lei de Licitação e Contratos (atual Lei nº



**ACÓRDÃO Nº1922/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

14133/2021) e b) implemente o setor de controle interno, com base no art. 44 da Lei nº 2423/1996;

**10.4. Dar ciência à Sra. Ana Paula Machado Andrade de Aguiar**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.5. Dar ciência ao Sr. John Elyston de Souza Altmann**, advogado da Sra. Ana Paula Machado Andrade de Aguiar, inscrito na OAB/AM nº 13708, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.6. Arquivar** o presente processo, após cumpridos os prazos regimentais.

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes por reconhecer a prescrição para extinguir o feito como resolução de merito e ciencia ao Ministerio Publico do Estado do Amazonas.*

**11- Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 19 de setembro de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em substituição

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral